**PREGÃO ELETRÔNICO Nº08/2014**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

SUPERINTENTÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRTIO SANTO – SR/DPF/ES – UASG 200352

**(Processo Administrativo n.°08285.014939/2014-28)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a SUPERINTENTÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRTIO SANTO – SR/DPF/ES, sediada na Rua Vale do Rio Doce, nº 01 – Bairro São Torquato, na cidade de Vila Velha/ES – CEP 29.114-915, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0025-03, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço**,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, das Instruções Normativas SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e nº 02, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **19/dezembro/2014.**

Horário: **09h30min (nove horas e trinta minutos - horário de Brasília – DF)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

1. **DO OBJETO**
   1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços de telefonia para a SR/DPF/ES e demais unidades subordinadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
   2. A licitação será dividida em item e grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
2. **DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES** 
   1. O órgão gerenciador será a SUPERINTENTÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRTIO SANTO – SR/DPF/ES – UASG 200352.
   2. Não há órgãos participantes.
3. **DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
   1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
   2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
   3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
   4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **quíntuplo** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.
   5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
   6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
      1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.
4. **DO CREDENCIAMENTO**
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [**www.comprasgovernamentais.gov.br**](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
5. **DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**
   1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
   2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
      1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
      3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
      4. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
   3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
   4. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
      1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
         1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
      2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
      3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
      4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição.
      5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.
      6. É admissível a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, desde que sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação, e não haja prejuízo à execução do objeto licitado.
6. **DO ENVIO DA PROPOSTA**
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
   3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. ***valor unitário e valor total do item, cobrado uma única vez para os serviços de instalação (itens: 1, 5, 9, 13, 15 e 17);*** *e*
      2. ***valor mensal e total do item, para os demais serviços****.*
      3. ***Só será aceita proposta com a totalidade do serviço solicitado em cada item.***
      4. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:
         1. *Os serviços ofertados, indicando o quantitativo e sua especificação, no que couber;*
   7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
   8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
   9. Quando se tratar de cooperativa de serviço, o licitante preencherá, no campo condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente ao percentual de que trata o art. 22, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24.07.91, com a redação da Lei nº 9.876, de 26.11.99, também referido no art. 72 da Instrução Normativa/RFB Nº 971, de 13 de novembro de 2009 (DOU 17.11.2009).
   10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 *(*sessenta*)* dias,** a contar da data de sua apresentação.
7. **DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as *especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, no que couber*.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
         1. Conforme Acórdão 1.793/2011 - Plenário/TCU, o pedido de desclassificação do licitante deverá ser acompanhado de justificativa, cabendo ao pregoeiro deliberar sobre sua aceitação ou recusa, independentemente da comunicação que fará ao ordenador de despesas para as providências decorrentes, tudo de acordo com o art. 7º da lei 10.520/02, da lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário ou mensal do item, conforme o caso. (vide subitens 6.6.1 e 6.6.2 acima)**
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
      1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.
   8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   14. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.
   15. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
   16. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
   17. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
   18. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.
   19. Para a contratação dos serviços comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei n° 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
   20. Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:
       1. prestados por empresas brasileiras;
       2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
   21. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
   22. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
       1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
8. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
   2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
   3. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
   4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.
   5. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.
   6. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
   7. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de **02 (duas)**, sob pena de não aceitação da proposta.
      1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
   8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
   9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
   10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
       1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
       2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
   11. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
9. **DA HABILITAÇÃO** 
   1. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
      1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
      2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo mínimo de **02(duas) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
   2. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista:
   3. Habilitação jurídica:
      1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
      2. em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
      3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
      4. inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
      5. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
      6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
      7. **no caso de exercício de atividade de telefonia: ato de registro e/ou autorização para funcionamento expedido pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEl, nos termos da Lei Geral de Telecomunicações, Regulamentos, Resoluções e demais legislação pertinente, ou os extratos dos Termos de Autorização outorgado pela ANATEL, devidamente publicados no Diário Oficial da União.**
      8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
   4. Regularidade fiscal e trabalhista:
      1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
      2. prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Divida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);
      3. prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);
      4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
      5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
      6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
      7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
      8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
      9. caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
   5. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF no nível da Qualificação Econômico-Financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:
      1. certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de **1 (um) ano** contados da data da sua apresentação;
      2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
         1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
      3. comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ---------------------------------------------------------;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----------------------------------------------------------;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----------------------; e

Passivo Circulante

* + 1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5%(cinco por cento) do valor estimado da contratação ou item pertinente.
  1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
     1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.
  2. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação:
     1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;
     2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI;
     3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
     4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;
     5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
     6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
     7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
  3. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados pelos licitantes, via fac-símile (fax) número (27) 3041-8066, ou via e-mail [**cpl.sres@dpf.gov.br**](mailto:cpl.sres@dpf.gov.br) **,** no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Posteriormente, serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferido(s) com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **2 (dois) dias úteis,** depois de encerrado o prazo para o encaminhamento via fac-símile (fax) ou e-mail.
     1. **O Pregoeiro, visando a celeridade do certame, poderá convocar anexo solicitando o envio para o Sistema Eletrônico do COMPRASNET, no prazo previsto no subitem 9.8, dos documentos que comprovem a habilitação do licitante. Neste caso, o envio dos originais ou cópias autenticadas deverão ser enviados juntamente com a ATA de Registro de Preços assinada pelo fornecedor adjudicado, sem prejuízo das penalidades cabíveis pelo descumprimento.**
  4. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
     1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
  5. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
  6. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
  7. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções **SICAF, LISTA DE INIDÔNEOS DO TCU, CNJ E CEIS**, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.
  8. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
  9. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

1. **DOS RECURSOS**
   1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
      3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
2. **DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
3. **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**
   1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **10(dez) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
   2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento.
   3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.
   4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
      1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993.

**Nota Explicativa**: A inserção dos textos referentes à assinatura e cadastro na ata de registro de preços dos licitantes que cotarem preços iguais aos do licitante vencedor, dependerá da implementação dessa funcionalidade no Sistema COMPRASNET.

1. **DO TERMO DE CONTRATO**
   1. Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato, no prazo de **10(dez) dias** contados de sua convocação, cuja vigência será de **até 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.
   2. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
      1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
   3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de **10 (dez) dias**, a contar da data de seu recebimento*.*
   4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
   5. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.
2. **DO REAJUSTE**
   1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
   2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.
3. **DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**
   1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
4. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
   1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
5. **DO PAGAMENTO**
   1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, ou por meio de ordem bancária para pagamento de fatura com código de barras.
      1. ***A CONTRATADA, de acordo com artigo 7º- A da lei 8987/95, deverá oferecer à CONTRATANTE 6 (seis) datas opcionais para o vencimento das faturas, que fará a escolha quando da assinatura do contrato. De qualquer forma, a CONTRATADA se obriga a entregar as faturas com cinco dias úteis de antecedência à data do pagamento.***
   2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.
   4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados.
   5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
   6. Nos termos do artigo 36, § 6°, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
      1. não produziu os resultados acordados;
      2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
      3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
   7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
   8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
   9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
   10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
   11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
   12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
   13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
   14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
       1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
   15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| I = (TX) | I = (6/100)  365 | I = 0,00016438  TX = Percentual da taxa anual = 6%. |

* 1. A fórmula acima corresponde à previsão contida no §4º, artigo 36 da Instrução Normativa 02/2008 – Ministério do Planejamento, de 30 de abril de 2008.
     1. Em razão da previsão expressa a que se refere o subitem acima, não se aplica, neste certame, o §1º do artigo 52 do Código de Defesa do Consumidor, que limita o máximo do índice de juros aplicáveis ao inadimplente, mas não determina o mínimo de juros aplicáveis.

1. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
      1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
      2. apresentar documentação falsa;
      3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
      4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      5. não mantiver a proposta;
      6. cometer fraude fiscal;
      7. comportar-se de modo inidôneo.
   2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
   3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
      2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
   4. penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
   5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,
   7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
2. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**
   1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
   2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [**cpl.sres@dpf.gov.br**](mailto:cpl.sres@dpf.gov.br) pelo fax (27) 3041.8066 ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Vale do Rio Doce, nº 1 - Bairro São Torquato - Vila Velha/ES, CEP 29.114-915.
   3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
   4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
   5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
   6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
   7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
3. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
   1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
   3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
   9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [**www.comprasnet.gov.br**](http://www.comprasnet.gov.br)e [**www.dpf.gov.br**](http://www.dpf.gov.br) **,** e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Vale do Rio Doce, nº 1 - Bairro São Torquato - Vila Velha/ES, CEP 29.114-915, nos dias úteis, no horário das 14:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
   10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
       1. ANEXO I - Termo de Referência;
       2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;
       3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
       4. ANEXO IV – Modelo de Proposta.

Vila Velha/ES, 03 de dezembro de 2014.

VALDSON JOSÉ RABELO

Delegado de Polícia Federal

Superintendente Regional da SR/DPF/ES

ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Sistema de Registro de Preços**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

*SUPERINTENTÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRTIO SANTO – SR/DPF/ES – UASG 200352*

PREGÃO SRP Nº 08/2014

(Processo Administrativo n.°**08285.014939/2014-28**)

1. **DO OBJETO**
   1. Contratação de serviços de telefonia para a SR/DPF/ES e demais unidades subordinadas, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento:

**GRUPO 1 (itens 1 a 4)**

* + 1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de linhas telefônicas individuais com possibilidade de aquisição de acesso à internet por ADSL na velocidade de 15Mb, para atender o tráfego de entrada e saída local e acesso a Internet quando necessário, no edifício **Sede da Superintendência de Polícia Federal, no Aeroporto de Vitória, no Porto de Vitória (DEPOM) e na Delegacia de Imigração (DELEMIG)**, localizados nos seguintes endereços:
* Sede da Polícia Federal: Rua Vale do Rio Doce, nº 01, São Torquato, Vila Velha/ES;
* Delegacia Especial de Polícia Marítima (DEPOM): Avenida Getúlio Vargas s/n; CODESA – Vitória/ES;
* Posto de Polícia no Aeroporto de Vitória, Situado à Av. Fernando Ferrari, s/n, Praça XIV Bis, Aeroporto – Vitória/ES;
* Delegacia de Imigração (DELEMIG): Av. Dr. Olívio Dutra, 353, andar G9, Shopping Praia da Costa, Praia da Costa, Vila Velha/ES.

1.1.1.1. Na apresentação de suas propostas, as empresas deverão considerar os serviços realizados uma única vez (de instalação) e os serviços a serem realizados e cobrados mensalmente, de custo fixo e variável, abaixo dispostos para melhor visualização.

1.1.1.2. As linhas abaixo descritas serão instaladas à medida da necessidade da SR/DPF/ES. Devido às características das atividades policiais desenvolvidas, as linhas serão licitadas em um único grupo, devendo as empresas interessadas disponibilizar acesso ADSL (incluindo modems e demais equipamentos que se fizerem necessários) nos endereços relacionados onde as linhas poderão ser instaladas. Tais acessos ADSL também serão contratados à medida da necessidade da SR/DPF/ES, **sendo que no momento da solicitação de instalação dos serviços contratados, sejam instalados os acessos ADSL de acordo com a velocidade e disponibilidade de porta, preferencialmente nas velocidades estipuladas**, para atenderem perfeitamente às solicitações da CONTRATANTE:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 1 – INSTALAÇÃO DAS LINHAS DIRETAS com opção de instalação ADSL (Custo fixo, cobrado uma única vez)** – Código CATSER/SIASG = 21873**.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | Preço Total  (R$) |
| Instalação das Linhas Diretas | **(a)** 43,23 | 25 | (c) 1.080,83 |
| Instalação dos acessos ADSL 15Mb (incluindo modem e adaptadores) | **(b)** 98,56 | 25 | (d) 2.463,92 |
| **Valor unitário total do item 1 (a + b)**  **valor de referência** | **(a + b)=**  **R$ 141,79** | Valor global total do item (c + d) | (c + d)  R$ 3.544,75 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 2 - ASSINATURA DAS LINHAS DIRETAS com opção de inclusão de plano ADSL (Custo fixo mensal)** – Código CATSER/SIASG = 21873**.** | | | |
| Descrição | Preço mensal a pagar pelas 25 (vinte e cinco) assinaturas  (R$) | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar pelas 25 (vinte e cinco) assinaturas  (R$) |
| Assinatura Básica das 25 (vinte e cinco) Linhas  Diretas (Não-Residencial) | **(a)** 1.733,00 | 12 | (c) 20.796,00 |
| Assinatura ADSL de 25 ADSL 15Mb | **(b)** 3.122,50 | 12 | (d) 37.470,00 |
| **Valor total mensal do item 2 (a + b)**  **valor de referência** | **(a + b)=**  **R$ 4.855,50** | Valor global anual do item (c + d) | (c + d)  R$ 58.266,00 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TRÁFEGO DAS LINHAS DIRETAS (Custo variável)** – Código CATSER/SIASG = 21873**.** | | | | | | |
| ITEM | Origem / Destino das Ligações | Preço unitário  (R$) | Tráfego Mensal Estimado | **Preço mensal – valor de referência (R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total (R$) |
| 3 | Fixo x Fixo | 0,09 | 2.000 | **180,00** | 12 | 2.160,00 |
| 4 | Fixo x Móvel | 0,68 | 2.000 | **1.373,33** | 12 | 16.480,00 |

**GRUPO 2 (itens 5 a 8)**

1.1.2. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de linhas telefônicas individuais com possibilidade de aquisição de acesso à internet por ADSL na velocidade de 5Mb, para atender o tráfego de entrada e saída local e acesso a Internet quando for necessário, na **Delegacia de Polícia Federal de Cachoeiro do Itapemirim**;

* Delegacia de Cachoeiro do Itapemirim, situada à Av. Alcino Dadalto nº 145 Cachoeiro de Itapemirim/ES.

1.1.2.1. Na apresentação de suas propostas, as empresas deverão considerar os serviços realizados uma única vez (de instalação) e os serviços a serem realizados e cobrados mensalmente, de custo fixo e variável, abaixo dispostos para melhor visualização.

1.1.2.2. As linhas abaixo descritas serão instaladas à medida da necessidade da DPF/CIT/ES. Devido às características das atividades policiais desenvolvidas, as linhas serão licitadas em um único lote, devendo as empresas interessadas disponibilizar acesso ADSL (incluindo modems e demais equipamentos que se fizeram necessários) nos endereços relacionados onde as linhas poderão ser instaladas. Os acessos ADSL também serão contratados à medida da necessidade da DPF/CIT/ES, **sendo que no momento da solicitação de instalação dos serviços contratados, sejam instalados os acessos ADSL de acordo com a velocidade e disponibilidade de porta, preferencialmente nas velocidades estipuladas**, para atenderem perfeitamente às solicitações desta CONTRATANTE.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 5 – INSTALAÇÃO DAS LINHAS DIRETAS com opção de instalação ADSL (Custo fixo, cobrado uma única vez)** – Código CATSER/SIASG = 21873**.** | | | |
| Descrição | Preço Unitário  (R$) | Qtde de instalações | Preço Total  (R$) |
| Instalação das Linhas Diretas | **(a)** 39,69 | 10 | (c) 396,93 |
| Instalação dos acessos ADSL 5Mb  (incluindo modem e adaptadores) | **(b)** 122,89 | 10 | (d) 1.228,90 |
| **Valor unitário total do item 5 (a + b)**  **valor de referência** | **(a + b)=**  **R$ 162,58** | Valor global total do item (c + d) | (c + d)  R$ 1.625,78 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 6 - ASSINATURA DAS LINHAS DIRETAS com opção de inclusão de plano ADSL (Custo fixo mensal)** – Código CATSER/SIASG = 21873**.** | | | |
| Descrição | Preço mensal a pagar pelas 10 (dez) assinaturas  (R$) | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar pelas 10 (dez) assinaturas  (R$) |
| Assinatura Básica das 10 (dez) Linhas  Diretas (Não-Residencial) | (a) 693,20 | 12 | (c) 8.318,40 |
| Assinatura ADSL de 10 ADSL 5Mb | (b) 974,00 | 12 | (d) 11.688,00 |
| **Valor unitário total do item 6 (a + b)**  **valor de referência** | **(a + b)=**  **R$ 1.667,20** | Valor global total do item  (c + d) | (c + d)  R$ 20.006,40 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TRÁFEGO DAS LINHAS DIRETAS (Custo variável)** – Código CATSER/SIASG = 21873**.** | | | | | | |
| ITEM | Origem / Destino das Ligações | Preço unitário  (R$) | Tráfego Mensal Estimado | **Preço mensal – valor de referência (R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar (R$) |
| 7 | Fixo x Fixo | 0,09 | 2.000 | **180,00** | 12 | 2.160,00 |
| 8 | Fixo x Móvel | 0,68 | 2.000 | **1.373,33** | 12 | 16.480,00 |

**GRUPO 3 (itens 9 a 12)**

1.1.3. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de linhas telefônicas individuais com possibilidade de aquisição de acesso à internet por ADSL na velocidade de 5Mb, para atender o tráfego de entrada e saída local e acesso a Internet quando for necessário, na **Delegacia de Polícia Federal de São Mateus**;

* Delegacia São Mateus, Situada à Rua DNER, nº 269, Bairro Santa Tereza, São Mateus/ES.

1.1.3.1. Na apresentação de suas propostas, as empresas deverão considerar os serviços realizados uma única vez (de instalação) e os serviços a serem realizados e cobrados mensalmente, de custo fixo e variável, abaixo dispostos para melhor visualização.

1.1.3.2. As linhas abaixo descritas serão instaladas à medida da necessidade da DPF/SMT/ES. Devido às características das atividades policiais desenvolvidas, as linhas serão licitadas em um único lote, devendo as empresas interessadas disponibilizar acesso ADSL (incluindo modems e demais equipamentos que se fizeram necessários) nos endereços relacionados onde as linhas poderão ser instaladas. Tais acessos ADSL também serão contratados à medida da necessidade da DPF/SMT/ES, **sendo que no momento da solicitação de instalação dos serviços contratados, sejam instalados os acessos ADSL de acordo com a velocidade e disponibilidade de porta, preferencialmente nas velocidades estipuladas**, para atenderem perfeitamente às solicitações desta CONTRATANTE.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 9 – INSTALAÇÃO DAS LINHAS DIRETAS com opção de instalação ADSL (Custo fixo, cobrado uma única vez)** – Código CATSER/SIASG = 21873**.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | Preço Total  (R$) |
| Instalação das Linhas Diretas | **(a)** 43,23 | 10 | (c) 432,33 |
| Instalação dos acessos ADSL 5Mb | **(b)** 122,89 | 10 | (d) 1.228,85 |
| **Valor unitário total do item 9 (a + b)**  **valor de referência** | **(a + b)=**  **R$ 166,12** | Valor global total do item  (c + d) | (c + d) =  R$ 1.661,18 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 10 - ASSINATURA DAS LINHAS DIRETAS com opção de inclusão de plano ADSL (Custo fixo mensal)** – Código CATSER/SIASG = 21873**.** | | | |
| Descrição | Preço mensal a pagar pelas 10 (dez) assinaturas  (R$) | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar pelas 10 (dez) assinaturas  (R$) |
| Assinatura Básica das 10 (dez) Linhas  Diretas (Não-Residencial) | **(a)** 536,83 | 12 | (c) 6.442,00 |
| Assinatura ADSL de 10 ADSL 5Mb | **(b)** 1.000,00 | 12 | (d) 12.000,00 |
| **Valor unitário total do item 10 (a + b)**  **valor de referência** | **(a + b)= R$ 1.536,83** | Valor global total do item (c + d) | (c + d) =  R$ 18.441,86 |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TRÁFEGO DAS LINHAS DIRETAS (Custo variável)** – Código CATSER/SIASG = 21873**.** | | | | | | |
| ITEM | Origem / Destino das Ligações | Preço unitário  (R$) | Tráfego Mensal Estimado | **Preço mensal – valor de referência (R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar (R$) |
| 11 | Fixo x Fixo | 0,10 | 2.000 | **213,33** | 12 | 2.560,00 |
| 12 | Fixo x Móvel | 0,73 | 2.000 | **1.466,67** | 12 | 17.600,00 |

**GRUPOS 4, 5 e 6 (itens 13 e 14, 15 e 16, 17 e 18)**

1.1.4. Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de telecomunicações para o fornecimento de interligação entre a Sede da SR/DPF/ES e as operadoras de telefonia, através de serviço de comunicação de dados, incluindo fornecimento de links, roteadores, instalação, suporte, manutenção da conexão física e lógica.

1.1.4.1. A solução contratada deverá conter:

**GRUPO 4 (itens 13 e 14)**

1.1.4.1.1. 01 (um) Link Privativo para Comunicação de Dados (LPCD / MPLS 1) na velocidade mínima de 512Kbps – síncrono – V35 – com roteador no lado do DPF interligando a sede da Superintendência de Polícia Federal no estado do Espírito Santo (Ponta A) ao endereço relacionado a seguir (Ponta B):

* Empresa OI - Rua Jangadeiros 48, Ipanema, Rio de Janeiro – RJ.

**GRUPO 5 (itens 15 e 16)**

1.1.4.1.2. 01 (um) Link Privativo para Comunicação de Dados (LPCD / MPLS 2) na velocidade mínima de 512Kbps – síncrono – V35 – com roteador no lado do DPF interligando a sede da Superintendência de Polícia Federal no estado do Espírito Santo (Ponta A) ao endereço relacionado a seguir (Ponta B):

* Empresa TIM - Rua Fonseca Teles, 18, São Cristóvão, Rio de Janeiro – RJ.

**GRUPO 6 (itens 17 e 18)**

1.1.4.1.3. 01 (um) Link de Internet dedicado na velocidade mínima de 512Kbps que interligará via Internet a sede da Superintendência de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo às empresas relacionadas abaixo por meio de Redes Virtuais VPNs:

* Empresa VIVO – Rua Monsenhor Jerônimo, Nº 94, Engenho de Dentro, Rio de Janeiro – RJ;
* Empresa CLARO - Rua Senador Pompeu, 119 6º andar - Centro - Rio de Janeiro – RJ.

1.1.4.2. As conexões físicas fornecidas se darão através de circuitos dedicados a serem instalados na SR/DPF/ES – Sede da Superintendência de Polícia Federal no Espírito Santo, Avenida Vale do Rio Doce, 01, São Torquato – Vila Velha – ES, CEP 29114-915.

1.1.4.3. Outras características dos links:

a) Total transparência a protocolos de comunicação no caso dos links ponto a ponto;

b) Capacidade de transmissão bidirecional;

c) Tempo de retardo mínimo e constante;

d) Uso irrestrito do serviço na configuração contratada, independentemente do volume trafegado, a um custo fixo mensal;

e) Garantia de segurança e integridade das informações transmitidas, **sendo vedado o compartilhamento do meio físico (transmissão).**

1.1.4.4. Os equipamentos que forem instalados na criação dos circuitos para a conexão entre a SR/DPF/ES e as operadoras de telefonia (roteadores, modems e outros) são de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo a ela o fornecimento e manutenção dos equipamentos, bem como sua configuração, gerenciamento e suporte técnico durante todo o prazo de vigência do contrato.

1.1.4.5. A empresa que fornecer os links, deve disponibilizar um número de telefone único local na Região da Grande Vitória ou número “0800” para a sua central de atendimento, que procederá a abertura de chamados técnicos através de ligação telefônica gratuita, no horário em regime “24x7x365”, 24 horas por dia, sete dias por semana, todos os dias do ano.

1.1.4.6. Todas as despesas relativas a eventuais deslocamentos de técnicos e entrega de equipamentos que se fizerem necessárias para a correção de problemas técnicos e adequações/ajustes de configurações, correrão por conta da contratada e sob sua exclusiva responsabilidade.

1.1.4.7. Sobre disponibilidade, devem-se respeitar os seguintes itens:

a) Serviço de acesso às operadoras de telefonia será prestado em “24x7x365”, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, todos os dias do ano, incluindo-se a central de atendimento.

b) Caso haja necessidade de interrupção no serviço, a CONTRATADA deverá solicitar ao SR/DPF/ES com antecedência mínima de 14 (quatorze) dias corridos, com exceção das manutenções de emergência solicitadas pelas operadoras de telefonia ou previamente acordado entre as partes, SR/DPF/ES e a CONTRATADA.

c) O prazo máximo para a solução de problemas que provoquem a interrupção total ou parcial da conexão da SR/DPF/ES com as operadoras de telefonia é de 6 (seis) horas a partir do momento de abertura do chamado técnico junto à central de atendimento.

d) A soma total dos períodos de interrupção total ou parcial da conexão da SR/DPF/ES com as operadoras em um mês não poderá ultrapassar doze horas, contados a partir do momento de abertura de cada chamado técnico junto à central de atendimento.

1.1.4.8. O valor estimado para a contratação, foi obtido através de pesquisa de preços de serviços de telecomunicações, objeto destas especificações:

**GRUPO 4 (itens 13 e 14)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 13 – INSTALAÇÃO LPCD / MPLS 1 (Custo fixo, cobrado uma única vez)**  – Código CATSER/SIASG = 14958**.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | **Preço Total - valor de referência**  **(R$)** |
| Instalação  LPCD / MPLS 1  Ponta A: SR/DPF/ES - Rua Vale do Rio Doce, nº 01, São Torquato, Vila Velha/ES  Ponta B: Empresa OI - Rua Jangadeiros 48, Ipanema, Rio de Janeiro – RJ | 2.302,81 | 01 | **2.302,81** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 14 – MENSALIDADE LPCD / MPLS 1 (Custo fixo mensal)**  **– Código CATSER/SIASG = 14958.** | | | |
| Descrição | **Preço mensal –**  **valor de referência**  **(R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total  (R$) |
| Mensalidade LPCD / MPLS 1 | **4.147,90** | 12 | 49.774,74 |

**GRUPO 5 (itens 15 e 16)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 15 – INSTALAÇÃO LPCD / MPLS 2 (Custo fixo, cobrado uma única vez)**  – Código CATSER/SIASG = 14958**.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | **Preço Total - valor de referência**  **(R$)** |
| Instalação  LPCD / MPLS 2  Ponta A: SR/DPF/ES - Rua Vale do Rio Doce, nº 01, São Torquato, Vila Velha/ES  Ponta B: Empresa TIM - Rua Fonseca Teles, 18, São Cristóvão, Rio de Janeiro–RJ | 2.302,81 | 01 | **2.302,81** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 16 – MENSALIDADE LPCD / MPLS 2 (Custo fixo mensal)**  – Código CATSER/SIASG = 14958**.** | | | |
| Descrição | **Preço mensal –**  **valor de referência**  **(R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total  (R$) |
| Mensalidade LPCD / MPLS 2 | **4.147,90** | 12 | 49.774,74 |

**GRUPO 6 (itens 17 e 18)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 17 – INSTALAÇÃO LINK de Internet (Custo fixo, cobrado uma única vez)**  – Código CATSER/SIASG = 14958**.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | **Preço Total -**  **valor de referência**  **(R$)** |
| Instalação  LINK de Internet | 4.902,55 | 01 | **4.902,55** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 18 – MENSALIDADE LINK de Internet (Custo fixo mensal)**  – Código CATSER/SIASG = 14958**.** | | | |
| Descrição | **Preço mensal –**  **valor de referência**  **(R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total  (R$) |
| Mensalidade LINK de Internet | **2.833,28** | 12 | 33.999,36 |

Obs: Mensalidade = (mensalidade da linha privativa) + (valor do aluguel dos modems/roteadores) + (aluguel de portas) + (suporte) + (manutenção dos equipamentos). Todos os valores acima são estimados pela média da pesquisa de preços.

1.1.4.9. Os grupos 4, 5 e 6 acima podem ser contratados separadamente.

**GRUPO 7 (itens 19 a 22)**

1.1.6. Contratação de Serviço de Telefonia Móvel, a fim de compor sistema de telefonia desta Descentralizada, mediante instalação de chips de celular na central telefônica (PABX) em ligações tipo móvel-móvel, na modalidade local, possibilitando a realização, via programação de rotas de menor custo, para celulares, substituindo as chamadas fixo-móvel, de alto custo para o órgão.

– Código CATSER/SIASG = 18139**.**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNIDADE** | **QTDE** | **Valor unitário** | **Valor mensal (Quantidade X Valor unitário)**  **valor de referência** |
| **19** | Assinatura Básica | unidade | 25 | 8,30 | **207,50** |
| **20** | VC1 Móvel – Móvel (outras operadoras) | Minutos | 25.000 | 0,20 | **5.000,00** |
| **21** | SMS – Mensagens de texto | unidade | 1.000 | 0,20 | **200,00** |
| **22** | MMS – Envio de Mensagens de texto com áudio e vídeo | unidade | 1.000 | 0,60 | **600,00** |
| Valor total mensal (A) | | | | 6.007,50 | |
| Valor total anual (A x 12) | | | | 72.090,00 | |
|  | | | | |

Observações:

1. Para os itens 19 a 22, a empresa vencedora deverá fornecer os chips a serem utilizados, sem cobrança adicional.
2. Os valores acima representam estimativa de uso e não obrigam a contratação ou utilização em sua totalidade, devendo ser pago apenas os valores relativos à efetiva utilização.
3. As ligações intra-rede (mesma operadora) devem ser gratuitas.

**GRUPO 8 (itens 23 a 28)**

1.1.7. Ligações de longa distância móvel.

– Código CATSER/SIASG = 18139**.**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UNIDADE** | **QTDE** | **Valor unitário** | **Valor mensal (Quantidade X Valor unitário)**  **valor de referência** |
| 23 | VC2 Móvel – Fixo | Minutos | 10.000 | 0,68 | **6.800,00** |
| 24 | VC2 Móvel – Móvel (outras operadoras) | Minutos | 10.000 | 0,85 | **8.566,67** |
| 25 | VC2 Móvel – Móvel (mesma operadora) | Minutos | 10.000 | 0,20 | **2.033,33** |
| 26 | VC3 Móvel – Fixo | Minutos | 10.000 | 0,68 | **6.800,00** |
| 27 | VC3 Móvel – Móvel (outras operadoras) | Minutos | 10.000 | 0,85 | **8.566,67** |
| 28 | VC3 Móvel – Móvel (mesma operadora) | Minutos | 10.000 | 0,20 | **2.033,33** |
| Valor total mensal (A) | | | | R$ 34.800,00 | |
| Valor total anual (A x 12) | | | | R$ 417.600,00 | |

Observações:

1. Os valores acima representam estimativa de uso e não obrigam a contratação ou utilização em sua totalidade, devendo ser pago apenas os valores relativos à efetiva utilização.
   1. **Se houver diferença entre a descrição do CATSER/SIASG e do Termo de Referência, prevalecerá este último.**
   2. **Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador estão estabelecidas a partir do subitem 1.1 deste Termo de Referência.**
   3. DEFINIÇÕES ESPECÍFICAS
      1. Para maior detalhamento dos conceitos utilizados nesta licitação, serão consideradas as seguintes definições:
2. ÁREA LOCAL – área geográfica contínua de prestação de serviços, definida pela ANATEL, segundo critérios técnicos e econômicos, onde é prestado o STFC na modalidade local;
3. SETOR – subdivisão geográfica das Regiões, constituídas de Estados e/ou municípios, conforme definido no PGO;
4. SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – STFC – definido no Plano Geral de Outorga como o serviço de telecomunicações que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, utilizando processos de telefonia, subdivididas nas seguintes modalidades:
5. Serviço Local – aquele destinado à comunicação entre pontos fixos determinados situados em uma mesma área local;
6. Serviço de Longa Distância Intra-Regional – aquele destinado à comunicação entre pontos fixos determinados situados em Áreas Locais distintas localizadas em uma mesma Região definida pelo PGO;
7. Serviço de Longa Distância Inter-Regional (nacional) – aquele destinado à comunicação entre pontos fixos determinados situados em Áreas Locais distintas localizadas em diferentes Regiões dentre aquelas definidas pelo PGO;
8. Serviço de Longa Distância Internacional – aquele destinado à comunicação entre um ponto fixo situado no território nacional e outro ponto no exterior;
9. TELEFONIA LOCAL – é o serviço de telecomunicações que, por meio de transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, situados em uma mesma área local;
10. PRESTADORA DE SERVIÇO TELEFÔNICO FIXO COMUTADO – Empresa outorgada/autorizada para prestar serviço telefônico fixo comutado nas modalidades local, nacional ou internacional;
11. PLANO DE SERVIÇO – documento que descreve as condições de prestação do serviço quanto ao seu acesso, manutenção do direito de uso, utilização de serviços eventuais e suplementares a eles inerentes, as tarifas ou preços associados, seus valores e as regras e critérios de aplicação;
12. PLANO BÁSICO DE SERVIÇOS – plano de serviço de oferta obrigatória e não discriminatória a todos os usuários dos serviços de telefonia, registrado na ANATEL;
13. PLANO ALTERNATIVO DE SERVIÇOS – plano opcional ao Plano Básico de Serviços, sendo de estrutura de preços definida pela Prestadora, visando à melhor adequação da prestação do serviço para atendimento do mercado;
14. USUÁRIO - pessoa que se utiliza do serviço telefônico fixo comutado independentemente de assinatura ou inscrição junto à prestadora do serviço;
15. LINHA DIRETA – linha telefônica que interliga o Contratante diretamente à central da concessionária local de telefonia fixa, sem passar pela central privada;
16. ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações e sede no Distrito Federal;
17. SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES - entende-se por serviço de telecomunicações aquele que, por meio da transmissão de voz e de outros sinais, destina-se à comunicação entre pontos fixos determinados, situados em áreas locais distintas no território nacional, dentro das regiões definidas no Plano Geral de Outorga;
18. TRONCO DE ENTRADA – enlace que interliga a Central Privativa de Comutação Telefônica – CPCT – a uma central telefônica pública utilizada para o tráfego de entrada;
19. TRONCO DE SAÍDA - enlace que interliga a Central Privativa de Comutação Telefônica – CPCT – a uma central telefônica pública utilizada para o tráfego de saída;
20. CÓDIGO DE ACESSO (número do telefone) – conjunto de caracteres numéricos ou alfanuméricos estabelecido em Plano de Numeração, que permite a identificação de assinante, de terminal de uso público ou de serviço a ele vinculado;
21. PORTABILIDADE DO CÓDIGO DE ACESSO – facilidade de rede que possibilita ao assinante de serviço de telecomunicações manter o Código de Acesso a ele designado, independentemente de prestadora de serviço de telecomunicações ou área de prestação do serviço;
22. PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - é o documento a ser utilizado para demonstrar o detalhamento das variáveis que incidem na formação do preço dos serviços;
23. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
    1. Dispor de instrumentos necessários e compatíveis com as necessidades de serviço policial e administrativo nesta SR/DPF/ES e demais unidades subordinadas, permitindo a comunicação e o acesso à internet, adequando o uso da telefonia institucional aos interesses do serviço e das atividades do órgão, recebimento online das informações fornecidas pelas empresas operadoras de telefonia, imprescindíveis para a execução das atividades meio e fim da Polícia Federal.
    2. A incorporação dessas tecnologias é ferramenta valiosa para a agilidade e precisão das informações recebidas, eficiência e segurança das atividades do órgão, gerando também economia dos recursos financeiros do órgão.
    3. A Adoção do SRP – Sistema de Registro de Preços – justifica-se pela conveniência da contratação dos serviços necessários ao Departamento de Polícia Federal, uma vez que neste momento o orçamentário não será liberado em sua totalidade, de acordo com a previsão contida no inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.892/2013, e que outros Órgãos poderão participar ou aderir à Ata de Registro de Preços.
    4. A opção pelo agrupamento exposto (Grupos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8) se faz pela conveniência da gerência dos contratos, proporcionar a economicidade, e pela inviabilidade técnica de duas empresas atenderem parte dos itens dentro de um mesmo escopo na execução contratual, tais como prestação do serviço com fornecimento e/ou instalação do equipamento.
    5. Esta licitação não é exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que a soma dos valores licitados para a SR/DPF/ES ultrapassa a vinte e cinco por cento (25%) do total do orçamento disponível, conforme inciso IV, art. 9º do Decreto Federal nº 6.204/2007.
24. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**
    1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1°, da Lei 10.520, de 2002.
    2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
    3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
25. **FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
    1. Além das tarefas básicas, discriminação e execução dos serviços descritos no objeto, a CONTRATADA deverá:
       1. Disponibilizar, instalar e/ou ativar os serviços contratados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a contratação, inclusive com entrega/ativação de aparelhos e equipamentos que se fizerem necessários à execução do contrato;
          1. No caso dos serviços de interligação previstos nos itens 13 a 18, o prazo máximo é de 90 (noventa) dias após a contração.
       2. A SR/DPF/ES arcará apenas com o seu consumo, no que couber, ou seja, em não havendo o consumo de todos os minutos previstos no Objeto, não haverá cobrança por tais serviços, vez que não foram prestados.
    2. TELEFONIA FIXA e ADSL (GRUPOS 1 a 3)
       1. Atender de imediato as solicitações do Contratante, iniciando o atendimento em no máximo 08 horas corridas e corrigindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas corridas após o recebimento da notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados;
       2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante, obrigando-se a atender, no prazo máximo de 24 horas, contadas a partir da solicitação, todas as reclamações a respeito da qualidade dos serviços prestados;
       3. Providenciar para que os serviços telefônicos possam ocorrer com a máxima qualidade de recepção e transmissão, sem que haja congestionamentos de tráfego;
       4. Executar, sem ônus para o Contratante, os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos que Forem instalados nas dependências do mesmo, em decorrência dos serviços objeto deste Contrato;
       5. Na hipótese dos códigos de acesso serem alterados, as chamadas destinadas a eles deverão ser interceptadas imediatamente após a execução da sua alteração, pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, conforme artigo 27, do Plano Geral de Metas de Qualidade. Caberá à atual contratada o ônus de interceptação das chamadas a esta contratada destinadas, em conformidade com as legislações pertinentes;
       6. Indicar, por escrito, no mínimo, um representante (consultor), fornecendo todos os dados atualizados, tais como nome completo, CPF, documento de identidade, telefone(s), endereço(s), endereço(s) eletrônico(s), entre outros, para atuar como preposto, dirimir dúvidas e solucionar problemas aos serviços;
          1. O representante indicado pela empresa para atendimento de eventuais solicitações deverá disponibilizar um número telefônico de atendimento e e-mail para contato, e atender com eficiência e presteza a todas as solicitações da CONTRATANTE, bem como as reivindicações do Fiscal do Contrato;
          2. Comunicar ao Contratante, durante a vigência do Contrato, por escrito, sempre que o representante indicado for substituído por outro de experiência equivalente ou superior.
       7. Responsabilizar-se pela recuperação de danos eventualmente causados ao Contratante ou a terceiros, quando da instalação de equipamentos e/ou prestação dos serviços, bem como os serviços correlatos não citados.
    3. INTERLIGAÇÃO - ACESSO POR LINKS (Itens 13 a 18)
       * 1. As obrigações básicas, tarefas básicas, discriminação e execução dos serviços estão descritos no objeto.
    4. TELEFONIA MÓVEL (GRUPO 7)
       1. Garantir a operação na Região Metropolitana da Grande Vitória e nas cidades de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus;
       2. Habilitar cada linha sem cobrança adicional (custo zero).
       3. Havendo defeitos de fabricação ou cobertos pela garantia do chip correspondente à linha (GRUPO 7), este deverá ser substituído, no prazo máximo de 48 horas, por outro chip, sem ônus para a SR/DPF/ES.
          1. Outrossim, comprovado que o defeito ocorreu por exclusiva culpa da CONTRATANTE, a operadora poderá cobrar o valor de referência do chip de acordo com a nota fiscal do mesmo.
       4. A CONTRATADA (GRUPO 7) deverá se certificar de que não há “pontos de sombra” dentro da área da sede da SR/DPF/ES e Delegacias de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus, garantindo perfeita cobertura do sinal da operadora e, se for o caso, instalar reforçadores de sinais (tipo “pico-células”) dentro de 30 (trinta) dias após a comunicação do ponto de sombra detectado, sem ônus para a SR/DPF/ES.
          1. Os interessados poderão realizar visita à SR/DPF/ES e às Delegacias de Cachoeiro de Itapemirim e São Mateus, para conhecimento e testes da cobertura da empresa nas instalações acima mencionadas. Para tanto, deverão contatar com o Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/SR/DPF/ES, através do tel. (27) 3041.8014.
       5. A CONTRATADA ficará responsável por propiciar aos usuários das linhas móveis o recebimento de mensagens e a realização de chamadas por outras prestadoras, responsabilizando-se pela prestação do serviço em “roaming” em todo território nacional.
          1. O “roaming” nacional deverá funcionar em todo território brasileiro.
          2. As chamadas em roaming não deverão ter custo adicional (sem cobrança de AD ou DSL).
       6. Impedir qualquer tipo de fraude que possam ocorrer sobre as linhas telefônicas, inclusive prevenindo a possibilidade de “clonagem”;
          1. No caso de detecção de fraudes, a empresa se obriga a tomar todas as medidas necessárias para cessar o evento. Caso seja detectada a clonagem de uma das linhas, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente a CONTRATANTE e bloquear o serviço, devendo, em 24 horas, promover a solução do problema, se for o caso, sem nenhum ônus para a SR/DPF/ES.
          2. Eventuais despesas originadas por linhas clonadas serão de inteira responsabilidade da contratada.
       7. Zelar pela perfeita execução dos serviços contratados e atender de imediato às solicitações da SR/DPF/ES, corrigindo, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação, qualquer ocorrência de interrupção na prestação dos serviços contratados.
       8. Facultar à CONTRATANTE a ativação ou cancelamento de funções como caixa postal, transferência em caso de linha ocupada ou fora da área de cobertura, bem como facultar o bloqueio de chamadas a cobrar e chamadas realizadas para linhas como 0300, 0500 ou similar e bloquear ligações “a cobrar”, mediante uso de ferramenta de gestão online;
       9. Garantir a SR/DPF/ES o melhor preço do mercado, estendendo a esta SR/DPF/ES eventuais promoções em condições similares praticadas para o público em geral, de forma que nunca a administração arque com valores maiores que os praticados no mercado.
26. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
    1. A demanda do órgão gerenciador e dos participantes tem como base as seguintes características:
       1. Contratação de serviços de telefonia fixa comutada na modalidade local com possibilidade de aquisição de acesso à internet por ADSL e outros serviços na medida em que se fizer necessário, **sendo que no momento da solicitação de instalação dos serviços contratados, sejam instalados os acessos ADSL de acordo com a velocidade e disponibilidade de porta, preferencialmente nas velocidades estipuladas**, podendo habilitá-los ou desabilitá-los durante toda a vigência do contrato.
       2. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de telecomunicações, cujo objetivo é o fornecimento de interligação entre a Sede da Superintendência de Polícia Federal no Espírito Santo e as operadoras de telefonia, através de serviço de comunicação de dados. Tal serviço inclui o fornecimento de links, roteadores, instalação, suporte, manutenção dos equipamentos e demais serviços destinados ao bom funcionamento da conexão física e lógica entre esta Superintendência de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo e as referidas operadoras de telefonia.
       3. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de telecomunicações, cujo objetivo é o fornecimento de solução de telefonia móvel local e longa distância com comunicação de dados de no mínimo 3G. É ainda objeto deste procedimento licitatório, a contratação de empresa de telefonia móvel a fim de compor sistema de telefonia desta Descentralizada, mediante instalação de chips de celular na central telefônica, possibilitando a realização, via programação de rotas de menor custo, para celulares, substituindo as chamadas fixo-móvel, de alto custo para o órgão.
       4. O certame deverá ser realizado em GRUPOS, visando à perfeita execução do contrato e o atendimento de todos os parâmetros legais que garantem a transparência e economicidade da contratação dos serviços.
27. **AVALIAÇÃO DO CUSTO**
    1. O custo estimado anual da contratação será de R$ 793.733,11 (setecentos e noventa e três mil setecentos e trinta e três reais e onze centavos).
    2. O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados.
28. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**
    1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.
29. **DA VISTORIA**
    1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de *segunda à sexta-feira*, das 14 horas às 17 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (27) 3041.8014 com o Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/SR/DPF/ES.
    2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
    3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.
30. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
    1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
    2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
    3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
    4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;
    5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
    6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.
    7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
    8. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente contratação, bem como por qualquer (quaisquer) dano (s) provocado (s) a terceiro (s) em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
31. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
    1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
    2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
    3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
    4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
    5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
    6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
    7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
    8. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

**Nota explicativa**: O atestado de antecedentes criminais somente poderá ser solicitado quando for imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações ou instalações, de forma motivada.

* 1. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
  2. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
  3. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
  4. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
  5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
  8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**Critérios de Sustentabilidade Ambiental:**

* 1. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:
     + 1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
       2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
       3. Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição; e
       4. Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber, todas de acordo com o art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

1. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
2. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
   1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.
   2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
   3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
   4. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.
   5. O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
   7. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
   8. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
   9. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.
   10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
3. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. não mantiver a proposta.
   2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. multa moratória de **0,5 % (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte) dias**;
      3. multa compensatória de **10 % (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
         1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;
      5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
   6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
4. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
   1. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no contrato, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à CONTRATANTE, nem onera o objeto do contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE, em que esta não tenha dado causa.
   2. Os valores e quantitativos expressos neste Termo de Referência constituem mera estimativa de gasto e utilização, podendo ocorrer, ao final do contrato, consumo inferior ao previsto.

Vila Velha/ES, 03 de dezembro de 2014.

**DEUSVALDO RESPLANDE DE CARVALHO JOSÉ GUSTAVO DE MOURA LEITE**

**Perito Criminal Federal Agente de Polícia Federal**

**Chefe do SELOG/SR/DPF/ES Chefe do NTI/SR/DPF/ES**

**Em Exercício**

Aprovo nos termos e para os fins do estabelecido no § 1º do art. 9º, do Decreto 5.450/2005.

Em 03 de dezembro de 2014.

**VALDSON JOSÉ RABELO**

**Delegado de Polícia Federal**

**Superintendente Regional da SR/DPF/ES**

ANEXO II

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**(PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA)**

*SUPERINTENTÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRTIO SANTO – SR/DPF/ES – UASG 200352*

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .........

A SUPERINTENTÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRTIO SANTO – SR/DPF/ES, com sede na Rua Vale do Rio Doce, nº 01 – Bairro São Torquato, na cidade de Vila Velha/ES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0025-03, neste ato representada pelo(a) ...... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ...... de ..... de ...... de 20..., publicada no ....... de ..... de ....... de ....., inscrito(a) no CPF sob o nº .............portador(a) da Carteira de Identidade nº ......., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ......./20...., publicada no ...... de ...../...../20......, processo administrativo nº **08285.014939/2014-28**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
   1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de serviços de telefonia para a SR/DPF/ES e demais unidades subordinadas, especificados no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 08/2014, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
   1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Item Ou lote  Do TR | Prestador do serviço *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)* | | | | | |
| DESCRIÇÃO | | UNIDADE | QTDE | Valor unitário | **Valor mensal (Quantidade X Valor unitário)** |

**Nota Explicativa**: adaptar a tabela acima, bem como a referente ao cadastro de reserva, quando for o caso, de acordo com as condições e características atinentes à natureza do serviço.

1. VALIDADE DA ATA
   1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.
2. REVISÃO E CANCELAMENTO
   1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.
   2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços  praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as  negociações junto ao(s) fornecedor(es).
   3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
   4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
      1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

**Nota Explicativa**: Suprimir o item quando inexistirem outros fornecedores classificados registrados na ata.

* 1. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
     1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
     2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
  2. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
  3. O registro do fornecedor será cancelado quando:
     1. descumprir as condições da ata de registro de preços;
     2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
     3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
     4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
  4. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 4.7.1, 4.7.2 e 4.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
  5. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
     1. por razão de interesse público; ou
     2. a pedido do fornecedor.

1. CONDIÇÕES GERAIS
   1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.
   2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
   3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

ANEXO III

**MINUTA DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ......../...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) ........................................................ E A EMPRESA .............................................................**

A União, por intermédio da *SUPERINTENTÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO ESPÍRTIO SANTO – SR/DPF/ES*, com sede na Rua Vale do Rio Doce, nº 01 – Bairro São Torquato, na cidade de Vila Velha/ES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.494/0025-03, neste ato representada pelo(a) ......................... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ......, de ..... de ..................... de 20..., publicada no *DOU* de ..... de ............... de ..........., inscrito(a) no CPF nº ...................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ...................................., doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº .............................. e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº ........../20...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**
   1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de serviços de telefonia para a SR/DPF/ES e demais unidades subordinadas, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
   3. Objeto da contratação:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Grupo/ Item .................... | | | |
| Descrição | Preço mensal  (R$) | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total  (R$) |
|  |  | 12 |  |

**Nota explicativa:** A tabela acima é meramente ilustrativa, aplicável na hipótese em que a licitação tenha sido dividida em itens ou grupos, devendo compatibilizar-se com as especificações dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e reproduzir o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora.

1. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**
   1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de .........../......../........ e encerramento em .........../........./.........., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
      1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
      2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
      3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
      4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.
      5. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
   2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
2. **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**
   1. O valor mensal da contratação é de R$.......... (.....), perfazendo o valor total de R$.......(....).
   2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
   3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.
3. **CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
   1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

* 1. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

1. **CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**
   1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.
2. **CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE**
   1. O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pelo Índice homologado e publicado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.
   2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
3. **CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**
   1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
4. **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**
   1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
5. **CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**
   1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
6. **CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO**
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
   3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
      1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
      2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
      3. Indenizações e multas.
7. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES**
   1. É vedado à CONTRATADA:
      1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
      2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
8. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES**
   1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
      1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
9. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**
   1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO**
    1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO**
    1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de **Vitória/ES** - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

..........................................., .......... de.......................................... de 20.....

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANEXO IV

# MODELO DE PROPOSTA

Logomarca da Licitante

ANEXO ..... - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS (MODELO)

À: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Espírito Santo

(Razão Social da Licitante) , (CNPJ) , (Endereço) , (telefone) , vem apresentar proposta para eventual contratação de serviços de telefonia, visando para atender às necessidades da SR/DPF/ES e demais unidade subordinadas, de acordo com os requisitos exigidos no Pregão ......./2014 e seus anexos.

EMPRESA:

CNPJ:

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**GRUPO 1 (itens 1 a 4)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 1 – INSTALAÇÃO DAS LINHAS DIRETAS com opção de instalação ADSL (Custo fixo, cobrado uma única vez) – Código CATSER/SIASG = 21873.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | Preço Total  (R$) |
| Instalação das Linhas Diretas | (a) ........ | 25 | (c) ........ |
| Instalação dos acessos ADSL 15Mb (incluindo modem e adaptadores) | (b) ....... | 25 | (d) ........ |
| **Valor unitário total do item 1 (a + b)** | **(a + b)=**  **R$ ..........** | Valor global total do item (c + d) | (c + d)  R$ ........ |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 2 - ASSINATURA DAS LINHAS DIRETAS com opção de inclusão de plano ADSL (Custo fixo mensal) – Código CATSER/SIASG = 21873.** | | | |
| Descrição | Preço mensal a pagar pelas 25 (vinte e cinco) assinaturas  (R$) | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar pelas 25 (vinte e cinco) assinaturas  (R$) |
| Assinatura Básica das 25 (vinte e cinco) Linhas  Diretas (Não-Residencial) | (a) ........ | 12 | (c) ........ |
| Assinatura ADSL de 25 ADSL 15Mb | (b) ........ | 12 | (d) ........ |
| **Valor total mensal do item 2 (a + b)** | **(a + b)=**  **R$ ........** | Valor global anual do item (c + d) | (c + d)  R$ ........ |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TRÁFEGO DAS LINHAS DIRETAS (Custo variável) – Código CATSER/SIASG = 21873.** | | | | | | |
| ITEM | Origem / Destino das Ligações | Preço unitário  (R$) | Tráfego Mensal Estimado | **Preço mensal (R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Anual (R$) |
| **3** | **Fixo x Fixo** | ........ | 2.000 | **........** | 12 | ........ |
| **4** | **Fixo x Móvel** | ........ | 2.000 | **........** | 12 | ........ |

**GRUPO 2 (itens 5 a 8**)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 5 – INSTALAÇÃO DAS LINHAS DIRETAS com opção de instalação ADSL (Custo fixo, cobrado uma única vez) – Código CATSER/SIASG = 21873.** | | | |
| Descrição | Preço Unitário  (R$) | Qtde de instalações | Preço Total  (R$) |
| Instalação das Linhas Diretas | (a) ........ | 10 | (c) ........ |
| Instalação dos acessos ADSL 5Mb  (incluindo modem e adaptadores) | (b) ........ | 10 | (d) ........ |
| **Valor unitário total do item 5 (a + b)** | **(a + b)=**  **R$ ........** | Valor global total do item (c + d) | (c + d)  R$ ........ |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 6 - ASSINATURA DAS LINHAS DIRETAS com opção de inclusão de plano ADSL (Custo fixo mensal) – Código CATSER/SIASG = 21873.** | | | |
| Descrição | Preço mensal a pagar pelas 10 (dez) assinaturas  (R$) | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar pelas 10 (dez) assinaturas  (R$) |
| Assinatura Básica das 10 (dez) Linhas  Diretas (Não-Residencial) | (a) ........ | 12 | (c) ........ |
| Assinatura ADSL de 10 ADSL 5Mb | (b) ........ | 12 | (d) ........ |
| **Valor unitário total do item 6 (a + b)** | **(a + b)=**  **R$ ........** | Valor global total do item  (c + d) | (c + d)  R$ ........ |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TRÁFEGO DAS LINHAS DIRETAS (Custo variável) – Código CATSER/SIASG = 21873.** | | | | | | |
| ITEM | Origem / Destino das Ligações | Preço unitário  (R$) | Tráfego Mensal Estimado | **Preço mensal (R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar (R$) |
| **7** | **Fixo x Fixo** | ........ | 2.000 | **........** | 12 | ........ |
| **8** | **Fixo x Móvel** | ........ | 2.000 | **........** | 12 | ........ |

**GRUPO 3 (itens 9 a 12)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 9 – INSTALAÇÃO DAS LINHAS DIRETAS com opção de instalação ADSL (Custo fixo, cobrado uma única vez) – Código CATSER/SIASG = 21873.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | Preço Total  (R$) |
| Instalação das Linhas Diretas | (a) ........ | 10 | (c) ........ |
| Instalação dos acessos ADSL 5Mb | (b) ........ | 10 | (d) ........ |
| **Valor unitário total do item 9 (a + b)** | **(a + b)=**  **R$ ........** | Valor global total do item  (c + d) | (c + d) =  R$ ........ |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 10 - ASSINATURA DAS LINHAS DIRETAS com opção de inclusão de plano ADSL (Custo fixo mensal) – Código CATSER/SIASG = 21873.** | | | |
| Descrição | Preço mensal a pagar pelas 10 (dez) assinaturas  (R$) | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar pelas 10 (dez) assinaturas  (R$) |
| Assinatura Básica das 10 (dez) Linhas  Diretas (Não-Residencial) | (a) ........ | 12 | (c) ........ |
| Assinatura ADSL de 10 ADSL 5Mb | (b) ........ | 12 | (d) ........ |
| **Valor unitário total do item 10 (a + b)** | **(a + b)= R$ ........** | Valor global total do item (c + d) | (c + d) =  R$ ........ |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TRÁFEGO DAS LINHAS DIRETAS (Custo variável) – Código CATSER/SIASG = 21873.** | | | | | | |
| ITEM | Origem / Destino das Ligações | Preço unitário  (R$) | Tráfego Mensal Estimado | **Preço mensal (R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total a pagar (R$) |
| **11** | **Fixo x Fixo** | ........ | 2.000 | **........** | 12 | ........ |
| **12** | **Fixo x Móvel** | ........ | 2.000 | **........** | 12 | ........ |

**GRUPO 4 (itens 13 e 14)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 13 – INSTALAÇÃO LPCD / MPLS 1 (Custo fixo, cobrado uma única vez)**  **– Código CATSER/SIASG = 14958.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | **Preço Total**  **(R$)** |
| Instalação  LPCD / MPLS 1  Ponta A: SR/DPF/ES - Rua Vale do Rio Doce, nº 01, São Torquato, Vila Velha/ES  Ponta B: Empresa OI - Rua Jangadeiros 48, Ipanema, Rio de Janeiro – RJ | ........ | 01 | **........** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 14 – MENSALIDADE LPCD / MPLS 1 (Custo fixo mensal)**  **– Código CATSER/SIASG = 14958.** | | | |
| Descrição | **Preço mensal**  **(R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total  (R$) |
| Mensalidade LPCD 1 | **........** | 12 | ........ |

**GRUPO 5 (itens 15 e 16)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 15 – INSTALAÇÃO LPCD / MPLS 2 (Custo fixo, cobrado uma única vez)**  **– Código CATSER/SIASG = 14958.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | **Preço Total**  **(R$)** |
| Instalação  LPCD / MPLS 2  Ponta A: SR/DPF/ES - Rua Vale do Rio Doce, nº 01, São Torquato, Vila Velha/ES  Ponta B: Empresa TIM - Rua Fonseca Teles, 18, São Cristóvão, Rio de Janeiro–RJ | ........ | 01 | **........** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 16 – MENSALIDADE LPCD / MPLS 2 (Custo fixo mensal)**  **– Código CATSER/SIASG = 14958.** | | | |
| Descrição | **Preço mensal (R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total  (R$) |
| Mensalidade LPCD / MPLS 2 | **........** | 12 | ........ |

**GRUPO 6 (itens 17 e 18)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 17 – INSTALAÇÃO LINK de Internet (Custo fixo, cobrado uma única vez)**  **– Código CATSER/SIASG = 14958.** | | | |
| Descrição | Preço unitário  (R$) | Qtde de instalações | **Preço Total (R$)** |
| Instalação  LINK de Internet | ........ | 01 | **........** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item 18 – MENSALIDADE LINK de Internet (Custo fixo mensal)**  **– Código CATSER/SIASG = 14958.** | | | |
| Descrição | **Preço mensal (R$)** | Qtde de meses da execução do serviço | Preço Total  (R$) |
| Mensalidade LINK de Internet | **........** | 12 | ........ |

**GRUPO 7 (itens 19 a 22)**

– Código CATSER/SIASG = 18139.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QTDE | Valor unitário | **Valor MENSAL (Quantidade X Valor unitário)** | **Valor ANUAL (Valor mensal X 12)** |
| **19** | Assinatura Básica | Unid. | 25 | ........ | **........** | **........** |
| **20** | VC1 Móvel – Móvel (outras operadoras) | Minutos | 25.000 | ........ | **........** | **........** |
| **21** | SMS – Mensagens de texto | Unid. | 1.000 | ........ | **........** | **........** |
| **22** | MMS – Envio de Mensagens de texto com áudio e vídeo | Unid. | 1.000 | ........ | **........** | **........** |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **R$....** | **R$.....** |

**GRUPO 8 (itens 23 a 28)**

– Código CATSER/SIASG = 18139.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNID. | QTDE | Valor unitário | **Valor MENSAL (Quantidade X Valor unitário)** | **Valor ANUAL (Valor mensal X 12)** |
| **23** | VC2 Móvel – Fixo | Minutos | 10.000 | ........ | **........** | **........** |
| **24** | VC2 Móvel – Móvel (outras operadoras) | Minutos | 10.000 | ........ | **........** | **........** |
| **25** | VC2 Móvel – Móvel (mesma operadora) | Minutos | 10.000 | ........ | **........** | **........** |
| **26** | VC3 Móvel – Fixo | Minutos | 10.000 | ........ | **........** | **........** |
| **27** | VC3 Móvel – Móvel (outras operadoras) | Minutos | 10.000 | ........ | **........** | **........** |
| **28** | VC3 Móvel – Móvel (mesma operadora) | Minutos | 10.000 | ........ | **........** | **........** |
| **VALOR TOTAL** | | | | | **R$....** | **R$.....** |

O prazo de validade da presente proposta é de .............(.................) dias (não inferior a 60 dias)

Sem mais para o momento, firmamo-nos, atenciosamente,

LOCAL/DATA

Nome do Responsável pela empresa

Cargo na empresa

Razão Social da empresa

***Só será aceita proposta com a totalidade do serviço solicitado em cada item.***

A proposta deverá apresentar preços correntes no mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionaria ou de custo financeiro, conforme estabelece o artigo 43, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e o art. 4º, do Decreto nº 1.054/94.